

GT 1. Lutas camponesas e indígenas na América Latina

Movimentos Sociais e Estado: o governo do PT e o apassivamento do MST

Ana Elisa Cruz Corrêa*

Resumo: Neste artigo apresentamos elementos de uma pesquisa de doutorado em fase inicial. Estão aqui alguns apontamentos sobre a relação entre a política econômica e social desenvolvida nos dois últimos mandatos do governo Lula e os novos rumos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Buscamos problematizar as transformações do projeto político petista, que se origina na década de 1980 com o Programa Democrático e Popular e que atualmente se apresenta como um programa de governo, o *Projeto Neodesenvolvimentista*. Apresentamos alguns dados que demonstram a estreita relação entre o Partido dos Trabalhadores e o MST, defendendo a tese de que há um progressivo apassivamento desse movimento social, marcado pela contenção/transformação de suas lutas.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Estado; PT; MST; Cooptação; Neodesenvolvimentismo.

1. A emergência dos governos progressistas e o neodesenvolvimentismo

Logo após a derrocada das políticas neoliberais das décadas de 1980 e 1990, marcada por uma onda de manifestações de resistência social ao neoliberalismo e uma crise desse modelo econômico, observamos a emergência de governos “progressistas” eleitos democraticamente na maior parte dos países latino-americanos.

Esses governos foram lidos por intelectuais e militantes como uma guinada à esquerda, considerados como uma nova 'onda vermelha' no continente. Essa seria uma

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS-UFRJ), bolsista CAPES, mestra em Ciência Política e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Contato: aecorrea@gmail.com

novidade no cenário político da América Latina, pois “pela primeira vez na história, forças políticas consideradas progressistas, formadas no seio das esquerdas e apoiadas por movimentos sociais importantes participam simultaneamente de coalizões de governo em um conjunto significativo de países”. (FERREIRA, 2010) O aparente fracasso das medidas neoliberais criaria condições para sublevações populares e o rechaço via eleitoral a candidatos defensores dessa política. (RODRIGUES, 2007) Independente do nível de otimismo em relação a esses governos progressistas, há um certo consenso de que se apresentam como uma resposta ao neoliberalismo e uma expressão social de “vontade de mudança”:

Mas qualquer observador mais atento e objetivo percebe que está em curso uma mudança importante na América Latina, uma mudança com relação à história da própria esquerda e de todos os sistemas políticos do continente. Basta lembrar que, nesse início de século XXI, todas as vitórias da esquerda foram democráticas e massivas, por maiorias contundentes e com o apoio ativo de populações que estiveram até hoje isoladas e reclusas, nas montanhas indígenas, no submundo urbano e nos grotões do atraso e da dominação coronelista. Tudo isso, depois de vinte anos de ditaduras militares de direita, em quase todo continente, e mais dez anos de governos neoliberais. (FIORI, 2007: 56)

Porém, o que observamos nos anos subsequentes é alguma “frustração” em relação às políticas implementadas por esses governos, estando muito aquém das expectativas das principais organizações e movimentos sociais, incluindo os considerados reformistas. Limites como a impermeabilidade do aparato estatal a uma nova forma de se fazer política ou a ausência temporária de um programa político bem elaborado são apontados como motivos da insatisfação de setores da esquerda. (FERREIRA, 2010; FIORI, 2007)

Mas de que se trata essa “nova” política implementada por esses governos?

Nos últimos anos surgem leituras que definem esses governos “progressistas” como portadores de um novo projeto econômico-político, o *projeto neodesenvolvimentista*¹. Este combinaria o desenvolvimento econômico com uma política social assistencialista universal que levaria, através da intervenção do Estado na economia e na “questão social”, ao desenvolvimento do capital industrial produtivo e a uma melhoria substancial dos padrões de vida dos trabalhadores. (CASTELO, 2011: 194) Seria uma retomada da política econômica

1 A expressão neodesenvolvimentismo ou novo-desenvolvimentismo irá se difundir e passar a ser discutida amplamente nos espaços acadêmico e político a partir de debate iniciado por Bresser-Pereira que irá tomar corpo na obra de Sicsu et Al (Orgs), 2005.

desenvolvimentista característica dos países latino-americanos antes da “onda neoliberal”.

No caso brasileiro, esse projeto se apresenta nos marcos de um capitalismo com certo grau de desenvolvimento em relação a maior parte da América Latina. O país apresenta um mercado interno razoavelmente bem formado, uma complexa estrutura de classes e uma indústria desenvolvida. Um segundo elemento essencial para sua implementação é o fato de os dois mandatos federais do Governo Lula se apresentaram como uma resposta às políticas neoliberais, isto é, um governo que propôs estabelecer uma política diferenciada dos governos anteriores. Segundo Fiori, a mudança se expressaria no segundo mandato do governo Lula com o “desenvolvimentismo com inclusão social”:

(...) suas primeiras medidas e propostas são muito claras: seu objetivo estratégico não é construir o socialismo, é “destravar o capitalismo” brasileiro, para que ele alcance altas taxas de crescimento capazes de criar empregos e aumentar os salários de forma sustentada, fortalecendo a capacidade fiscal de investimento e proteção social do Estado brasileiro. Com esse objetivo, o governo Lula está retomando o velho projeto desenvolvimentista que remonta à década de 1930 e que só foi interrompido nos anos 90. Mas, ao mesmo tempo, está querendo criar uma vontade política por meio de uma grande coalizão social e econômica, que reúna as várias vertentes do desenvolvimentismo brasileiro, conservadoras e progressistas, que estiveram separadas durante a ditadura militar. (FIORI, 2007:58)

Para Vera Cepêda (2012: 86) o novo desenvolvimentismo é marcado por uma atuação econômica direta por parte do Estado através uma atuação pontual, com baixa estatização, de modo que esta ação esteja restrita à regulação ao invés da intervenção direta. Nesse sentido, outra característica do novo desenvolvimentismo seria a redução da autonomia do Estado. Segundo a autora, no novo desenvolvimentismo o Estado teria função de articular desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, no sentido da redistribuição de renda e da busca pela equidade social, combinando políticas de crescimento com políticas de distribuição. A centralidade distributiva seria o principal diferencial do novo desenvolvimentismo em relação ao desenvolvimentismo da década de 1970 e seria realizado nos governos Lula e Dilma pelos PACs I e II (Programa de Aceleração do Crescimento), o ProUni (Programa Universidade para Todos), programas de combate à pobreza como o Bolsa Família e o aumento real do salário mínimo. (BRESSER-PEREIRA, 2011)

Boito Jr. (2012) apresenta uma importante relação entre essa política social novo

desenvolvimentista e os movimentos populares. Para esse autor o que estaria se configurando no Brasil seria uma *Frente Neodesenvolvimentista* que reuniria setores da burguesia interna vinculados diretamente ao capital industrial e representados principalmente pela FIESP, setores sindicais como a CUT e a Força Sindical, bem como movimentos populares, em especial o MST. Ainda que considere que existam divergências internas na composição dessa frente, esses setores se uniriam em torno do governo petista com o objetivo de garantir sua continuidade, opondo-se ao setor mais conservador defensor das políticas neoliberais.

Foi assim em 2002 na eleição presidencial de Lula da Silva; em 2005, na crise política que ficou conhecida como "Crise do Mensalão" e chegou a ameaçar a continuidade do governo Lula; em 2006, na reeleição de Lula da Silva para a presidência da República, e novamente em 2010 na campanha eleitoral vitoriosa de Dilma Rousseff. Em todos os momentos críticos citados, a sobrevivência dos governos neodesenvolvimentistas esteve ameaçada e, em todos eles, importantes associações patronais, centrais sindicais, movimentos camponeses, movimentos populares por moradia bem como o eleitorado pobre e desorganizado apoiaram, com manifestações dos mais variados tipos ou simplesmente com o seu voto, os governos e as candidaturas Lula da Silva e Dilma Rousseff. Ao agirem assim, tais forças sociais, mesmo que movidas por interesses distintos, evidenciaram fazer parte de um mesmo campo político. (BOITO JR, 2012)

Importante indicarmos também as posições críticas à existência de um "neodesenvolvimentismo". Uma reflexão interessante é desenvolvida por Virgínia Fontes (2010) que tece uma crítica aos analistas que relacionam o período *neodesenvolvimentista* com expansão do consumo, ampliação dos mercados internos, aumento do emprego, maior integração ao mercado mundial e consolidação da democracia representativa. Segundo a autora, apesar das características de cada período socio-econômico, seria necessário observarmos o desenvolvimento global da acumulação capitalista. Constata assim uma continuidade entre os períodos desenvolvimentista (América Latina) ou de bem-estar social (Europa), o neoliberal e o que se denomina hoje neodesenvolvimentista. As características específicas de cada período seriam apenas formas adaptativas do capital para garantir sua lucratividade e impedir qualquer forma de mobilização social das classes subalternas. Não haveria uma separação entre o bom capitalismo industrial, e o mau capitalismo financeiro, estando estes intimamente interligados. Além disso, desenvolvimento e expansão econômica não levariam necessariamente à ampliação de direitos sociais, sendo observada exatamente

uma tendência oposta, de supressão acelerada de direitos.

Nesse sentido, alguns autores criticam a postulação de uma diferença significativa da política econômica desses governos em relação ao período neoliberal e apontam para uma política de controle e criação de consensos através da relação desses governos progressistas com as principais organizações populares. (MACIEL, 2011; SAMPAIO JR., 2011)

Aqui chegamos à característica que consideramos fundamental desses novos governos: **sua capacidade de contenção das lutas sociais e apassivamento dos trabalhadores**. O que nos interessa é pensar como esses governos se relacionam com as organizações populares, de forma a construir uma política de controle e institucionalização, em alguns casos gerando apatia política dessas organizações em relação às ações propagadas nos anos 1980 e 1990.

Assim, no que tange às lutas sociais, durante a segunda metade dos anos 1990 e em especial nos anos 2000, os movimentos populares se enfraqueceram demasiadamente, sofrendo processos que foram constatados como combinações variadas entre cooptação de lideranças, imobilismo das bases a partir de políticas sociais compensatórias e criminalização dos movimentos que mantiveram algum nível de combatividade e autonomia em relação a esses "novos" governos. A chegada dessa "esquerda progressista" ao poder irá alterar completamente a dinâmica da relação entre Estado e movimentos populares.

2. A relação Movimento Social/Estado: os sem-terra sob o signo da *cooptação*

O MST é uma das maiores expressões da luta social no continente latino americano nas últimas décadas, tendo estabelecido uma forte relação com o governo petista. Essa aproximação é simultânea à redução de sua combatividade em relação ao período anterior. É, portanto, um caso emblemático do fenômeno que observamos em diversos países latino-americanos: a relação estreita entre movimentos e Estado e suas consequências para a organização e luta dos trabalhadores. Vejamos de perto alguns dados que atestam essa relação.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra possui uma história atrelada diretamente ao surgimento do Partido dos Trabalhadores. Segundo Iasi (2006) o PT surge como expressão autêntica das lutas da classe trabalhadora estando intimamente relacionado à luta sindical que deu origem à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à luta pela terra, que originou o MST. Essas três organizações emergiram e se consolidaram em torno de um complexo projeto político elaborado nos marcos da luta pelo fim do regime ditatorial e pela redemocratização do país, o Programa Democrático e Popular (PDP).

Esse programa tem como características fundamentais o classismo e o anticapitalismo

e sua estratégia está fundada na ideia de que teríamos, primeiramente, que acumular forças através das lutas por reformas democráticas, mobilizando as classes trabalhadoras para, posteriormente, através de um grande ascenso das massas em condições estruturais mais favoráveis, chegarmos à transformação socialista. Ao criticar aqueles que atribuem um caráter socialdemocrata ao PT já em seu nascedouro, Iasi (2006: 382) resume o PDP a partir de uma breve definição do que seria o PT: “Preferimos asseverar que se tratava de um partido de composição operária que pretendia unificar o conjunto dos assalariados em torno de um programa radical de reformas democráticas com um objetivo socialista.” Uma das principais reformas democráticas defendida pelo PT era a Reforma Agrária, principal bandeira do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, que acabava de nascer. Contudo, o que observamos é uma dramática transformação do PT e de seu projeto político. Apontaremos aqui apenas um dos pontos chave dessa complexa transformação histórica e que desemboca na realidade contemporânea que buscamos analisar: a centralidade da via eleitoral.

O “acúmulo de forças” perpassava pela tática eleitoral devido à interpretação de que a “tomada do poder” pela via revolucionária não estaria ainda colocada de forma imediata e consciente à massa trabalhadora. Essa concepção leva progressivamente, ao longo de toda a década de 1990, ao fortalecimento da lógica eleitoral no partido, que desemboca por fim, em uma série de transformações programáticas com vistas à eleição de Lula.

Lula advertiu publicamente que só concorreria em novos pleitos se fosse para ganhar. Estava dada a senha das mudanças de estratégia eleitoral das eleições seguintes: os 'marqueteiros' passaram a ser os comandantes das campanhas, a ponto de o PT contratar, no pleito de 2002, o mesmo publicitário de Paulo Maluf; as propagandas de TV 'substituíram' os comícios, marchas e passeatas; e os militantes 'deixaram' as ruas e foram trocados por 'cabos eleitorais'. Chegou o momento de 'vender' um produto palatável ao 'eleitor-consumidor', principalmente às classes médias. Ou seja: a guerra ideológica de 1989, entre esquerda e direita, foi sepultada pelo próprio partido. Esta guinada do PT aparece nas eleições de 1994, mas, mesmo assim, Lula é derrotado por Fernando Henrique Cardoso. O êxito eleitoral ocorreu somente em 2002. Antes disso, ele amargou três derrotas políticas: 1989, 1994 e 1998. (MACHADO, 2009: 26)

Ainda que necessitemos aprofundar as mudanças pelas quais passou o PT para compreendermos o que ocorreu com o MST, o que nos interessa nesses apontamentos é identificar a relação da luta pela terra com o programa petista em seu nascimento e em seu

desenvolvimento nas décadas seguintes. MST e PT em conjunto com outras forças sociais progressistas como a CUT e a CPT (Comissão Pastoral da Terra) defenderam durante o Governo Sarney a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), que sofreu diversas limitações devido à disputa com as forças conservadoras, e nunca será de fato implementado como programa de governo. Gonçalves (2006:185) afirma que: "Os assentamentos do primeiro período do PNRA foram implantados nas áreas de extensão agrícola, de colonização ou, majoritariamente, nas áreas de tensões fundiárias transformando-os, desde o seu nascedouro, em uma medida de atenuação de conflitos sociais."

A relação entre PT e MST se estende ao longo das décadas posteriores e uma expressão marcante dessa estreita relação entre CUT, MST e PT é identificada por Silva (2012) ao analisar os Cadernos de Formação do MST, afirmando que "a história das organizações se confundem". Silva menciona a composição da foto de encerramento do 3º encontro nacional do movimento ocorrido em Piracicaba em 1987 na qual a bandeira do MST se encontra ao centro ladeada pelas as bandeiras da CUT e do PT, além de citar o comprometimento do MST em participar na construção da Central Sindical petista.

Segundo Engelmann & Duran (2012) a defesa da Reforma Agrária é retomada pelo PT após a ditadura militar e perpassa as campanhas presidenciais de 1989 a 2002. No programa eleitoral de 1989 a Reforma Agrária é considerada fundamental para eliminar a concentração da riqueza e promover o desenvolvimento da agricultura e da economia. Silva (2012) aponta que nos Cadernos de Formação do MST de 1998 se mantém a crença na eleição de Lula como meio para realizar a Reforma Agrária. Neste texto, o movimento aponta que esta se realizaria a partir de dois elementos: um amplo movimento popular organizado e a ação do Estado Democrático e Popular.

Muitas são as mudanças entre o programa agrário de 1989 e o de 2002, o que se torna ainda mais complexo no início do segundo mandato de Lula em 2007. Contudo, a eleição de Lula e a formulação do II Plano Nacional de Reforma Agrária estimula a noção de que esse seria um governo em disputa, que não poderia ser tratado como inimigo.

A luta pela Reforma Agrária e as Tarefas do MST, apresentado no XII Encontro Nacional do MST, realizado entre 19 a 24 de janeiro de 2004, em São Miguel do Iguaçu-PR, estava a seguinte recomendação: *Devemos ter o cuidado de não tratar o governo federal como se fosse inimigo. Nossa avaliação é de que é um governo em disputa, que tem um compromisso histórico com a reforma agrária e por tanto (sic) devemos pressioná-lo*

para que acelere a reforma agrária. Nisso, o Plano Nacional de Reforma Agrária jogará um papel importante para unificar o governo também. Isso significa que vamos criticá-lo quando erra, mas que vamos apoiar em tudo o que fortalecer avanços para a reforma agrária (Direção Nacional, 2004, p. 25). (SILVA, 2012: 6)

Contudo, o que veremos posteriormente é o abandono do Governo Lula em relação ao II PNRA que tinha como meta o assentamento de um milhão de famílias. O professor de geografia da USP Ariovaldo Umbelino, e um dos formuladores do programa afirma no artigo "Lula dá adeus à Reforma Agrária" publicado no site do MST em dezembro de 2008:

Mas, a primeira e principal conclusão que se pode tirar do balanço do II PNRA, é apenas e tão somente uma: o governo Lula do Partido dos Trabalhadores também não fez a reforma agrária. Afinal esperava-se que Lula cumprisse sua histórica promessa de fazer a reforma agrária, a pergunta então deve ser: porque também seu governo não faz a reforma agrária? E, a resposta também é uma só: seu governo decidiu apoiar totalmente o agronegócio.

Esta denúncia de Umbelino foi reiteradamente manifestada por intelectuais, militantes e dirigentes ligados ao MST nos últimos anos. Essa situação causou uma grande contradição, pois o movimento ao mesmo tempo que critica o governo, mantém o apoio nas campanhas eleitorais e relações ainda mais estreitas em outros âmbitos com o governo petista.

Primeiramente, identificamos a relação partidária-eleitoral entre MST e PT sendo que o movimento em todas as eleições presidenciais e mesmo municipais até hoje manifestou seu apoio ao PT, apesar de ter enfrentado muitas críticas externas e internas. Podemos citar o apoio às duas eleições de Lula e à Dilma nas últimas eleições presidenciais, manifestado por João Pedro Stédile, dirigente nacional do MST, em entrevista ao Jornal Brasil de Fato².

Outra manifestação concreta dessa relação foi o processo de cisão da "Articulação de Esquerda", corrente petista da qual participavam alguns dirigentes nacionais do MST, que levou à fundação de uma nova corrente interna ao PT, a *Esquerda Popular e Socialista*. O fato curioso é que essa corrente é inaugurada na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF),

2 José Serra é derrota para trabalhadores - entrevista de João Pedro Stédile para o Brasil de Fato. Acessado em 05/09/2012: <http://www.brasildefato.com.br/node/3333>. Ver Stedile: Dilma permitirá avançarmos mais em conquistas sociais, notícia de 17/08/2010: http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_secao=1&id_noticia=135240

principal centro de formação do MST, localizada em Guararema/SP³. Além disso, há indicações de que muitos militantes do MST se candidataram esse ano através dessa nova corrente petista às eleições, como Silva (2012) afirma em nota em seu artigo: “Estima-se que alguns militantes do MST irão se candidatar a prefeito por esta corrente do PT que já conta com o Valmir Assunção, deputado federal e assentado na Bahia.”

O segundo elemento que fundamenta a relação entre o partido dos trabalhadores e o movimento dos sem-terra é a sustentação financeira do MST, o que se expressa nos projetos de financiamento para o avanço da produção e a consolidação dos assentamentos. Para além do estreitamento das relações com o INCRA através da entrada de alguns militantes como funcionários do órgão federal, foram implementados programas durante os governos Lula para a comercialização da produção dos assentamentos como o Programa de Aquisição de Alimentos, vinculado ao Fome Zero, que se tornou a principal política de comercialização da agricultura familiar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. (SILVA, 2012)

Chamamos a atenção para uma outra forma de viabilização dos assentamentos que, ainda que pontual, representa um marco na relação entre movimento social e governo: as parcerias com grandes empresas mediadas pelo governo federal⁴. Um desses convênios foi estabelecido com a Fibria, empresa recém-criada através de financiamento do BNDES e que surge da fusão entre a Aracruz Celulose e a Votorantim, duas gigantes internacionais da produção e exportação de celulose no mercado mundial. Esse convênio intermediado pelo governo federal, o governo estadual petista da Bahia e com participação da ESALQ/USP, irá garantir uma área de dez mil hectares, antes propriedade da empresa, para um projeto de assentamento de mil e duzentas famílias e de criação de uma escola agroecológica florestal. Segundo os porta-vozes da Fibria: “*Queremos ensinar aos jovens do MST como usar ciência e educação para desarmar um antagonismo desnecessário*, adiantou Penido.⁵” E em matéria no jornal Valor Econômico foram expressadas as seguintes posições:

3 “*Esquerda Popular e Socialista é a nova tendência nacional do PT - Nova corrente do PT foi fundada em congresso, neste final de semana, na Escola Florestan Fernandes do MST, em Guararema.*”Notícia de 6/12/2011 disponível no site do PT- SP, acessado em 30/05/2012: <http://www.pt-sp.org.br/noticia/p/?id=7816>.

4 Além do acordo com a Fibria, podemos citar o acordo de comercialização de arroz orgânico com o Grupo Pão de Açúcar durante o Rio + 20. Ver: *Rio+20: Pão de Açúcar irá vender arroz sem agrotóxico do MST*, UOL Notícias, Cotidiano, 20/06/2012. Disponível em: <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2012/06/20/rio20-pao-de-acucar-ira-vender-arroz-sem-agrotoxico-do-mst/>

5 *Ideologia, engajamento e métricas são receita de empresas-referência em sustentabilidade*, notícia de 02/12/2011. Disponível no site: <http://www.amcham.com.br/regionais/amcham-sao-paulo/noticias/2011/ideologia-engajamento-e-metricas-sao-os-ingredientes-de-sustentabilidade-da-natura-fibria-e-du-pont>. Acesso em: 02/12/2011

Muda-se a relação entre capital e trabalho, analisa Paulo Kageyama, pesquisador da Esalq, da Universidade de São Paulo. (...) *É um marco no convívio do agronegócio com a agricultura familiar*, afirma José Penido, presidente do conselho de administração da empresa. A questão, diz ele, é de consciência, mas também de sobrevivência do negócio. *A estratégia é superar antagonismos e encarar os problemas historicamente agudos no Sul da Bahia*, ressalta o executivo. Ao seu lado, Márcio Matos, da direção nacional do MST, garante: *Chegamos a um novo paradigma de negociação sobre passivos, diálogo que surgiu a partir de relações conflituosas e se repetirá junto às demais empresas do setor.*⁶ (Grifo nosso)

Aqui se explicitam uma série de contradições nessa relação entre MST e governo Lula. O governo não realiza a principal demanda do movimento, a Reforma Agrária, mas o apoio ao governo se mantém, de modo que se estabelecem relações estreitas através de programas sociais e projetos de parceria.

Essa participação direta ou apoio, mesmo que indireto, ao governo, coincide com um processo de arrefecimento das lutas desse movimento. Essa aparente contenção das lutas será interpretada por muitos analistas, militantes e intelectuais como consequência de um processo de *cooptação*. Este é o segundo nó central que aqui mais uma vez apenas indicamos, mas que urge por uma compreensão mais aprofundada: afinal, o que está ocorrendo com este movimento social? Teria sido *cooptado* por um governo progressista?

Neste sentido, questionamos o tipo de cooptação da qual estamos tratando. Seria esta uma cooptação de lideranças, isto é, uma traição da direções? Caso o seja, de lideranças de cargos dirigentes nacionais, estaduais e/ou de militantes intermediários? Teria ocorrido um desvio moral desses militantes e dirigentes? Ou seria esta uma cooptação da base organizada ou desorganizada através dos programas assistenciais? Ou ainda uma combinação dessa cooptação da base com uma cooptação das direções? Seria uma cooptação dos métodos de luta, que teriam abandonado seu caráter radicalizado marcado pelas ocupações e grandes marchas e passado a se caracterizar pela negociação? Seria a cooptação do programa da organização, antes extremamente radicalizado, mencionando até mesmo a transformação socialista e que agora se conforma à ordem capitalista? Teria ocorrido um rebaixamento do

6 *Alianças inéditas*, notícia do Valor Online publicado em 23/07/2012. Está disponível em:

<http://www.valor.com.br/empresas/2760226/aliancas-ineditas> (acessada em 30/08/2012)

A parceria também foi noticiada no site da Fibria e está disponível em:

<http://fibriamkt.tauvirtual.com.br/2012/0725.htm> (acessada em 30/08/2012)

programa? Um abandono? Ou seria, por fim, uma cooptação através do financiamento estatal, sem o qual a organização deixaria de existir?

Ainda que complexifiquemos a resposta da cooptação, se vislumbrarmos a relação do PT com as diversas organizações que compuseram sua história de lutas e agora mantém uma estreita relação com os governos petistas, teríamos que generalizar a tese da cooptação para uma enorme gama de movimentos e instituições que atuam em setores muito distintos, partindo do sindical passando pelas lutas por moradia, chegando a movimentos contra as opressões, como o movimento negro e o feminista.

A tese da cooptação nos parece portanto insatisfatória para explicar as mudanças pelas quais passaram esse movimento com um passado combativo e que hoje, atrelado ao governo, se limita a negociação e ao abandono de muitas de suas metas fundamentais. Identificamos no governo petista uma integração da questão social em um projeto socioeconômico mais amplo.

Levantamos aqui a *hipótese* de que há de fato uma forte relação entre o projeto político assumido pelo MST e o governo do PT. Nesse sentido, apontamos para a importância de irmos para além da tese da cooptação moral como explicação do processo de controle dessa organização. Complexificando a noção de cooptação chegamos à visão, que consideramos muito mais frutífera, da composição do MST no projeto político desse governo progressista, independente da utilização ou não da denominação *neodesenvolvimentista*.

3. O apassivamento da luta de classes e suas consequências ao MST

Nesse sentido, como observamos anteriormente, o governo Lula possui relações estreitas, históricas e/ou contemporâneas com os movimentos populares, em especial com o MST. O Partido dos Trabalhadores emerge de grandes mobilizações de massa em conjunto com outras organizações da classe trabalhadora e o próprio Lula, principal referência pública do partido, é de origem operária organizada no movimento sindical combativo do fim dos anos 1970⁷ e início dos 1980. Assim, devido a uma capacidade especial e histórica esse governo promove uma enorme contenção das lutas sociais, estabelecendo políticas sociais focadas e compensatórias, travando relação estreita com a direção dessas organizações populares. Esta é uma tarefa que só poderia ser realizada pelo Partido dos Trabalhadores e nunca por qualquer outro partido social-democrata que não contenha sua referência histórica.

7 Muitas obras tem sido publicadas buscando analisar a origem e as transformações passadas pelo Partido dos Trabalhadores nas últimas décadas. Dentre as mais interessantes podemos citar: Iasi (2006), Secco (2010), Amaral (2003), Singer (2012), Garcia (2012).

Segundo Sampaio Jr. (2006) o caráter conservador do governo Lula, somado à fragilidade que se encontravam as organizações da classe trabalhadora após os ataques neoliberais, teria levado ao fim das esperanças da possibilidade das mudanças dentro da ordem, de modo que a estratégia do “acúmulo de forças” para chegar a essas mudanças teria sido substituída pelo “melhorismo”:

Sem questionar a agenda do capital financeiro, tratava-se de buscar as soluções possíveis para os problemas das pessoas. Já não se lutava pela conquista de direitos coletivos que melhorassem as condições de trabalho e de vida da classe mas por medidas concretas que compensassem a população desvalida pela falta de direitos. O **rebaixamento** da pauta política levou à desmobilização dos trabalhadores e aprofundou a burocratização das organizações construídas na década de oitenta.(SAMPAIO JR. 2006: 72)

O potencial de revolta teria sido neutralizado com a combinação da ilusão na recuperação do crescimento que levaria o Brasil para o primeiro mundo e na transferência direta de renda pela generalização de programas sociais. Esse autor afirma ainda que “Nenhuma organização passou incólume pelo desastre. Todas sofreram traumáticos processos de fragmentação e divisão e muitas tiveram sua própria sobrevivência posta em questão”.

Pinassi (2009) corrobora essa posição ao afirmar que o governo Lula seria notável por combinar o PAC aos programas sociais agradando “a Deus e ao diabo” e criando uma ilusão de mudança ao mesmo tempo que promove a manutenção de enorme desigualdade social. O “lulismo” seria responsável por, simultaneamente, criar e amenizar as mazelas da classe trabalhadora.

O lulismo atende democraticamente às necessidades do capital em sua crise estrutural e, democraticamente, desmonta cada uma das conquistas históricas da classe trabalhadora. Suas políticas sociais têm caráter efêmero e assistencialista aos desempregados que ele ajuda a criar. No comando do Estado, o lulismo é o vetor político da vez a oferecer tanto os alicerces propícios à criação das carências formadoras de seu próprio público quanto os placebos requeridos para sua reprodução. (PINASSI, 2009: 07)

A autora chega portanto à relação entre essa política governamental e o MST, sendo que, o governo teria comprometido a autonomia do movimento através de programas de consolidação de assentamentos concretizados em créditos para produção e formação de

cooperativas.

Uma das estratégias usadas nos parece particularmente problemática. E ela se refere, primeiro, aos laços que historicamente o PT estabeleceu com os movimentos sociais de massas, entre os quais se destaca o MST. E, de como, uma vez no poder, esses laços se convertem, positivamente, em benefícios concretos ao movimento, o que tem possibilitado, através da abertura de linhas crédito e estímulo à formação de cooperativas, por exemplo, condições de competitividade no mercado para os assentamentos já consolidados. Esses benefícios selam um comprometimento político que nos parece um ônus excessivamente grande para a necessária autonomia às estratégias de luta que o movimento deve preservar de qualquer maneira. (*idem*: 08)

Essa política se daria em detrimento da realização de novos assentamentos e a uma postura de conivência ou impotência do INCRA face ao agronegócio. Nesse momento, Pinassi cita uma frase emblemática de Ariovaldo Umbelino: "Surge, assim, um novo tipo de lógica entre o governo do PT e os movimentos sociais e sindicais: um finge que faz a reforma agrária, os outros fingem que acreditam." Machado (2009) afirma que a política agrária do governo Lula seria marcada pela redução de assentamentos, o não alcance das metas do II PNRA e o benefício direto ao agronegócio, em especial ao setor sucroalcooleiro. Essa constatação é também apontada por Engelmann & Duran (2012) ao compararem os programas agrários de 1989 e 2002:

Ao compararmos os dois Programas Agrários do PT percebemos algumas diferenças estruturais. Enquanto em 1989, o objetivo central era enfrentar a concentração fundiária no país, a partir da desapropriação de latifúndios e uma política estrutural de desenvolvimento capitalista para o campo e a indústria. Passados 13 anos, em 2002, a reforma agrária passa a categoria de plano de desenvolvimento rural de combate à pobreza, mediante a desapropriação de latifúndios improdutivos ou áreas ilegais (griladas ou com trabalho escravo). Nesse cenário, a proposta de reforma agrária do PT substitui a democratização fundiária, de enfrentamento ao latifúndio, por um programa de criação de assentamentos, restrito a áreas improdutivas ou ilegais e a reestruturação de assentamentos antigos.

Constatamos até mesmo que os governos Lula teriam criado apenas a metade dos

assentamentos realizados nos dois mandatos de FHC. Essa situação levaria inicialmente a uma pressão do MST com aumento das ocupações em 42% em 2003, mas que seria seguida de uma caída drástica em 2005 pelo temor de que a pressão social desgastasse o governo Lula e Alckmin vencesse as eleições de 2006. (GONÇALVES, 2006:188) Para compreendermos como o MST se relaciona com essa política governamental, é necessário que combinemos essa queda na utilização da principal forma de luta histórica do movimento, a ocupação de terras, com os dados citados anteriormente que apontam para uma relação estreita do movimento nas políticas de consolidação de assentamentos ou de realização de novos assentamentos através de parcerias com empresas do agronegócio. Segundo Pinassi, O MST se encontraria em uma situação gravíssima:

Nessa medida, ou o movimento continua ocorrendo para as políticas públicas e abandona o confronto mais radical contra o capital deixando à deriva a maioria de sua militância acampada e precariamente assentada. Ou rompe com essa perspectiva da política que reproduz as condições materiais que tornam o MST tão necessário. (PINASSI, 2009)

Essa relação sempre existiu, contudo, se apresenta com contornos muito diferenciados em relação aos anos anteriores à chegada de Lula ao poder. Isto é, temos clareza que tanto a reivindicação por terra quanto por emprego, moradia ou melhores condições de vida em geral são dirigidas ao Estado e portanto a relação entre Estado e movimentos parece impossível de ser eliminada no período histórico em que vivemos. Contudo, a progressiva institucionalização de alguns movimentos, o atrelamento ao projeto político eleitoral, a inserção de militantes e dirigentes no aparelho estatal e a parceria entre movimento e governo na gestão dos recursos públicos são fenômenos certamente não constatados anteriormente.

Por fim, apontamos para a existência de uma série de críticas produzidas no seio desse movimento, marcada pela saída de militantes expressando grandes divergências políticas em relação aos rumos tomados pelo movimento. Essa crítica se expressou em um documento conhecido como a Carta de Saída dos 51⁸, em que tecem observações pesadas em relação à ligação do PT e do MST com o programa democrático e popular que teria desembocado em uma política de desenvolvimento do capitalismo e contenção/transformação das lutas sociais.

8 *Carta de saída das nossas organizações (MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina) e do projeto estratégico defendido por elas*, publicado em 22/11/2011, disponível em: <http://passapalavra.info/?p=48866>

4. Considerações Finais

Assim, é necessário que constatemos esses fatos, mas que busquemos, para além da aparência, sua essência, isto é, que projeto político guiou e ainda guia essas organizações de modo que tenham optado por estabelecer tal relação com os governos em questão. Consideramos ser esta a questão fundamental, o pano de fundo histórico, teórico e analítico-concreto que necessitaria ser desvendada em pesquisas futuras.

Por fim, ressaltamos que apesar dessa estreita relação entre movimentos e Estado, de maneira a compor um aparente consenso, não podemos ignorar um processo que segue em paralelo a essa aparente calma: as investidas violentas, físicas e subjetivas, da mídia e do próprio Estado que buscam promover a *criminalização* dos movimentos sociais.

Contudo, ao compararmos o processo de coação que se promove hoje contra os movimentos organizados e os promovidos nos governos anteriores, podemos dizer que nunca houve tanto sucesso na contenção das organizações. A combinação entre coerção e consenso, nunca alcançada de forma tão bem orquestrada pelos governos anteriores tem promovido um progressivo enquadramento à ordem e uma sensação de estabilidade social fundada em um controle que utiliza a força dentro dos limites do aceitável para a opinião pública.

A coerção leva a um distanciamento das organizações em relação ao Estado, que passam a se relacionar por um conflito aberto e frontal. Já o consenso, marca do governo Lula e de outros governos latino-americanos, representa um risco de integração das organizações no governo, de modo que os movimentos podem perder sua autonomia política.

5. Referências

BOITO JR, A. As bases políticas do neodesenvolvimentismo, *Fórum Econômico da FGV*, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.eesp.fgv.br/>

BRESSER-PEREIRA, L. C. *O Brasil e o Novo Desenvolvimentismo*, 2011, pp. 76-85
Disponível em: www.bresserpereira.org.br.

CEPÊDA, V. "Inclusão, democracia e novo desenvolvimentismo". *Estudos Avançados*, 26 (75), 2012, pp. 77-90.

DINIZ, E. "O contexto internacional e a retomada do debate sobre desenvolvimento no Brasil contemporâneo (2000/2010)". *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 54, nº 4, 2011, pp. 493-531.

ENGELMANN, S. & DURAN, A. Questão Agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST, *Revista Eletrônica do CEMOP*, nº 02, setembro de 2012.

- FERREIRA, M. Governos Progressistas na América Latina. *Dialética*, v. 1, n. 1, pp. 43-49, julho 2010.
- FIORI, J. L. As vitórias da esquerda na América do Sul. *Margem Esquerda*, n. 9, Dossiê: América Latina: continuísmo ou rupturas?, 2007.
- FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz e Editora UFRJ, 2010.
- GONÇALVES, R. Assentamentos como pactos de (des)interesses nos governos democráticos. *Revista espaço acadêmico*, n. 65, 2006.
- IASI, M. *As Metamorfoses da Consciência de Classes – o PT entre a negação e o consentimento*, São Paulo: Expressão Popular, 2006, Parte 2.
- MACHADO, E. Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais, *Lutas Sociais*, n.21/22, 2009.
- MACIEL, D. Hegemonia neoliberal e trabalhadores no governo Lula. *Anais de Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática*. Niterói, RJ, 2011.
- PINASSI, M. O. O lulismo, os movimentos sociais no Brasil e o lugar social da política. *Revista Herramienta*, Buenos Aires, 2009.
- PRADO, F. & MEIRELES, M. Teoria Marxista da Dependência Revisitada: contribuições a crítica do neodesenvolvimentismo. In: CASTELO, R. (Org.). *Encruzilhadas da América Latina no Século XXI*, São Paulo: Pão e Rosas, 2012.
- SAMPAIO JR., P. de A. Brasil: as esperanças não vingaram. *OSAL, Observatorio Social de America Latina*, ano VI, n. 18. CLACSO, Buenos Aires, Argentina, janeiro de 2006.
- _____. "Metástase da crise e aprofundamento da reversão neocolonial", In: *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, dez. 2011, pp. 85-96.
- SILVA, L. H., *Práticas Organizativas do MST e relações de poder em assentamentos/acampamentos do Estado de São Paulo*. Tese de Doutorado, Ufscar, São Carlos, 2007.
- _____, *A Trajetória do MST nos anos 2000: avanços e recuos na luta pela reforma agrária no Brasil*, 2012.
- UMBELINO, A. Lula dá adeus à Reforma Agrária, *Jornal Brasil de Fato*, 22-12-2008.